



2º Simulado Especial

TRTPE

TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA
ADMINISTRATIVA - PÓS-EDITAL

Gabarito

2º Simulado Especial TRT-PE (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

01	B	13	B	25	E	37	A	49	D
02	A	14	B	26	C	38	D	50	A
03	D	15	A	27	D	39	C	51	C
04	E	16	B	28	E	40	C	52	B
05	C	17	C	29	D	41	B	53	E
06	A	18	D	30	E	42	D	54	B
07	D	19	E	31	C	43	B	55	D
08	D	20	E	32	D	44	D	56	B
09	A	21	C	33	C	45	D	57	C
10	B	22	A	34	B	46	C	58	D
11	B	23	C	35	A	47	D	59	D
12	A	24	D	36	B	48	D	60	A

RANKING

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/zykndh>

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO****UNICEF: QUEDA DE RENDA E ACESSO À EDUCAÇÃO NA PANDEMIA PREJUDICA NUTRIÇÃO E APRENDIZADO DE CRIANÇAS E JOVENS**

Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção para as desigualdades de renda, educação e nutrição agravadas pela crise sanitária da Covid-19. De novembro do ano passado a maio deste ano, cresceu o percentual de famílias brasileiras de baixa renda que viram seu rendimento minguar mais durante a pandemia, principalmente entre as que vivem com até um salário-mínimo. São essas mesmas famílias as que mais sofrem com a insegurança alimentar: em 17% dos lares alguém deixou de comer em algum momento por falta de dinheiro — o impacto sobe para 33% entre as classes D e E.

Esse cenário, alertam representantes do Unicef, prejudica o aprendizado escolar e a nutrição entre os jovens mais vulneráveis, favorecendo ainda o aparecimento de doenças como a obesidade na idade adulta. Segundo o estudo, metade das famílias que moram com crianças e adolescentes que estudam em escolas públicas relatou ter recebido alimentação da escola durante o período de fechamento, mostrando o impacto das escolas para além do currículo escolar.

De modo geral, as famílias estão mais abertas à volta às aulas presenciais, acrescenta o relatório. Em julho de 2020, em plena pandemia, 82% dos entrevistados eram a favor do fechamento das escolas para ajudar a conter as infecções por Covid. Com o passar dos meses, essa percepção foi mudando e, em novembro, eram 71% das famílias; em maio, o índice caiu para 59%. Quatro em cada dez famílias afirmam que as escolas já retomaram parcialmente as atividades presenciais. Entre os que têm filhos em escolas que já reabriram, quase metade (48%) enviou a criança ou adolescente de volta às aulas presenciais.

Os dados fazem parte da terceira etapa da pesquisa "Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em

Crianças e Adolescentes", realizada pelo Ipec para o Unicef de 10 a 25 de maio deste ano com 1.516 entrevistas. As rodadas anteriores foram realizadas em julho e em novembro do ano passado.

Entre novembro do ano passado e maio de 2021, aumentou de 69% para 80% o percentual de famílias com até um salário mínimo que disseram que sua renda diminuiu desde o início da pandemia. Em comparação, entre as famílias com renda de mais de dez salários mínimos, o percentual que viu a renda diminuir permaneceu estável.

As desigualdades também se acirraram no âmbito escolar. A pesquisa mostra que 93% das escolas mantiveram atividades remotas. O WhatsApp foi o principal canal de acesso dos estudantes às atividades (71%), seguido pela distribuição de material impresso (69%). Entre as famílias mais pobres, o celular é o principal dispositivo utilizado. Nas famílias com renda de até um salário mínimo, 65% dos estudantes usam apenas o celular para as atividades escolares, e 29% dependem do celular de outro membro da família.

Os hábitos alimentares mudaram com o agravamento da renda e o menor acesso às escolas na pandemia. Segundo a pesquisa, 41% das famílias passaram a consumir menos alimentos como frutas, verduras e outros não industrializados. Além disso, desde o início da pandemia, a insegurança alimentar segue sendo motivo de alerta. Entre as famílias de classe D e E, 33% disseram que deixaram de comer em algum momento devido à falta de dinheiro para comprar comida.

Bauer lembra da importância da segurança alimentar e de uma alimentação adequada para crianças e adolescentes, o que pode ter impacto no desenvolvimento e na saúde de pessoas dessa faixa etária.

(Elisa Martins. O Globo. Adaptado)

01. O objetivo principal do texto é:

- Apontar a desigualdade como a causa da insegurança alimentar.
- Informar acerca do impacto da pandemia sobre a nutrição e o aprendizado de crianças e adolescentes.
- Defender a educação como meio de acesso a uma alimentação balanceada.

- d) Corroborar a relação entre saúde e educação.
- e) Opinar sobre os prejuízos advindos do ensino remoto e do fechamento de escolas durante a pandemia.

Gabarito: B

Comentário: Todas as alternativas tocam em assuntos abordados no Texto I, no entanto, a questão pede o objetivo principal do texto, que é relatar através de dados de pesquisas os prejuízos resultantes da pandemia da Covid-19 sobre a alimentação e o processo de aprendizagem de crianças e adolescentes.

Isso fica evidente no tópico frasal do 1º parágrafo: "Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção para as desigualdades de renda, educação e nutrição agravadas pela crise sanitária da Covid-19."

02. Com base no texto, pode-se afirmar que:

- a) O acesso à escola impactou os hábitos alimentares.
- b) A crise sanitária da Covid-19 impactou a educação apenas de famílias de baixa renda.
- c) A crise resultante da pandemia foi democrática, uma vez que atingiu a todos.
- d) A maioria da população sempre foi contra o fechamento de escolas durante a pandemia.
- e) O prejuízo do fechamento das escolas incidiu apenas sobre a curva de aprendizagem.

Gabarito: A

Comentário:

A - Correta. O 7º parágrafo afirma que "os **hábitos alimentares mudaram** com o agravamento da renda e o **menor acesso às escolas na pandemia**. Segundo a pesquisa, 41% das famílias passaram a consumir menos alimentos como frutas, verduras e outros não industrializados".

B - Incorreta. Se o 1º parágrafo afirma que "o impacto sobe para 33% entre as classes D e E", podemos concluir que houve impacto, ainda que em um percentual menor, também nas outras classes.

C - Incorreta. A desigualdade foi agravada, portanto não atingiu da mesma forma todas as pessoas. De acordo com o 1º parágrafo: "Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção para as desigualdades de renda, educação e nutrição agravadas pela crise sanitária da Covid-19".

D - Incorreta. O 3º parágrafo afirma que: "Em julho de 2020, em plena pandemia, 82% dos entrevistados eram a favor do fechamento das escolas para ajudar a conter as infecções por Covid."

E - Incorreta. De acordo com o 2º parágrafo: "Esse cenário (de pandemia), alertam representantes do Unicef, prejudica o aprendizado escolar e a **nutrição entre os jovens mais vulneráveis**, favorecendo ainda o **aparecimento de doenças como a obesidade na idade adulta**".

03. Assinale a alternativa em que o verbo destacado não exige qualquer tipo de complemento:

- a) "São essas mesmas famílias as que mais sofrem com a insegurança alimentar...".
- b) "...quase metade (48%) enviou a criança...".
- c) "A pesquisa mostra que 93% das escolas mantiveram atividades remotas".
- d) "De novembro do ano passado a maio deste ano, cresceu o percentual de famílias brasileiras de baixa renda...".
- e) "...29% dependem do celular de outro membro da família"

Gabarito: D

Comentário:

A - O verbo em destaque é de ligação.

B - O verbo em destaque é transitivo, ou seja, precisa de complemento.

C - O verbo em destaque é transitivo, ou seja, precisa de complemento.

D - O verbo "crescer" é intransitivo, ou seja, não precisa de complemento.

E - O verbo em destaque é transitivo, ou seja, precisa de complemento.

04. Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado funciona como adjetivo:

- a) "...alguém deixou de comer em algum momento por falta de dinheiro." (1º parágrafo)
- b) "...disseram que sua renda diminuiu desde o início da pandemia." (5º parágrafo)
- c) "Os hábitos alimentares mudaram com o agravamento da renda." (7º parágrafo)
- d) "As desigualdades também se acirraram no âmbito escolar" (6º parágrafo)
- e) "... chama a atenção para as desigualdades de renda, educação e nutrição agravadas pela crise sanitária da Covid-19" (1º parágrafo).

Gabarito: E

Comentário:

A - O trecho destacado está modificando o verbo da oração, expressando **causa**. A função é de advérbio.

B - O trecho destacado complementa o verbo "disseram". É uma oração subordinada substantiva.

C - O termo destacado está antecedido de artigo; portanto é um substantivo.

D - O termo destacado é um advérbio.

E - O trecho destacado é uma oração subordinada adjetiva restritiva reduzida de participio. Esse trecho modifica o substantivo "desigualdades", desempenhando uma função adjetiva.

05. Em "Quatro em cada dez famílias afirmam que as escolas já retomaram parcialmente as atividades presenciais." (3º parágrafo), os termos em destaque expressam respectivamente:

- a) modo e dúvida
- b) afirmação e meio
- c) tempo e modo
- d) modo e intensidade

e) tempo e negação

Gabarito: C

Comentário: Os termos "já" e "parcialmente" são respectivamente advérbios de tempo e modo.

06. Acerca da organização sintática do texto, assinale a alternativa correta.

- a) O trecho destacado em "realizada pelo Ipec para o Unicef de 10 a 25 de maio deste ano com 1.516 entrevistas" (4º parágrafo) exerce a função de agente da passiva.
- b) O verbo destacado em "93% das escolas mantiveram atividades remotas" (6º parágrafo) poderia ser corretamente conjugado no singular.
- c) O vocábulo em destaque em "o percentual que viu a renda diminuir permaneceu estável" "(5º parágrafo) é uma conjunção integrante.
- d) O trecho destacado em "seguido pela distribuição de material impresso" (6º parágrafo) funciona como um adjunto adnominal de distribuição.
- e) O termo destacado em "Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) chama a atenção" (1º parágrafo) pode ser classificado como sujeito composto.

Gabarito: A

Comentário:

A - Correta. Nessa oração reduzida de participio, temos uma construção passiva com o verbo "ser" elíptico ("a pesquisa foi realizada"). O termo destacado desempenha o papel de agente dessa construção.

B - Incorreta. Como o valor numérico da porcentagem está acima de "1" e o adjunto "das escolas" está no plural, a única possibilidade de concordância é no plural.

C - O que nesse contexto é um pronome relativo, retomando "percentual".

D - O termo destacado possui sentido passivo ("O material impresso foi distribuído"), é regido de preposição de e está ligado a um substantivo

abstrato. Trata-se, portanto, de um complemento nominal.

E - O termo em destaque deve ser classificado como **sujeito simples** por possuir apenas um núcleo: "pesquisa".

07. Está correta e coerente a redação do seguinte comentário:

- a) Todos estavam convictos que a crise logo passaria.
- b) Nas últimas semanas, autoridades avisaram a população que o isolamento social continuaria.
- c) Aqueles responsáveis confiaram da proteção que a escola oferecia.
- d) Famílias foram à Justiça pedir a abertura de escolas.
- e) Entre os alunos, todos discordavam com o posicionamento da direção.

Gabarito: D

Comentário:

A - Incorreta. A regência correta é "convicto DE algo".

B - Incorreta. A regência correta é "avisar alguém DE alguma coisa" ou "avisar alguma coisa A alguém".

C - Incorreta. A regência correta é "confiar EM alguma coisa".

D - Correta. Ir A + A Justiça = ir à justiça.

E - Incorreta. A regência correta é "discordar DE algo".

08. Em "A flor não parecia feliz", identifica-se de forma mais evidente a seguinte figura de linguagem:

- a) metáfora
- b) onomatopeia
- c) comparação
- d) prosopopeia
- e) sinestesia

Gabarito: D

Comentário: O narrador atribui sentimentos humanos à flor ("ela não estava feliz"), o que

caracteriza a prosopopeia (também chamada de personificação).

09. Com base no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, cuja terceira edição foi publicada em 2018, aplicado à Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O vocativo utilizado para o Presidente da República é "Excelentíssimo Senhor Presidente da República".
- b) No padrão ofício, o cabeçalho deve ser utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- c) Na grafia de datas em um documento, deve constar o nome da cidade onde foi expedido o documento seguido da unidade da federação.
- d) No endereçamento de documentos enviados ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, o tratamento adequado é "A Vossa Excelência o Senhor".
- e) De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, a moralidade é um dos atributos da Redação Oficial.

Gabarito: A

Comentário:

A - Alternativa correta.

B - Cabeçalho apenas na primeira página.

C - Apenas nome da cidade.

D - O correto é "A Sua Excelência o Senhor".

E - A moralidade não é um dos atributos.

10. Assinale a alternativa que apresenta, primeiramente, o atributo que possibilita a imediata compreensão do texto; depois, aquele que se refere à isenção de interferência de individualidades.

- a) Objetividade e impessoalidade
- b) Clareza e impessoalidade
- c) Concisão e coesão/coerência
- d) Clareza e objetividade

e) Coesão e coerência

Gabarito: B

Comentário: A **clareza** é a qualidade básica de todo texto oficial. Pode-se definir como claro aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor. Não se concebe que um documento oficial ou um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão. A transparência é requisito do próprio Estado de Direito.

A **impessoalidade** decorre de princípio constitucional (Constituição, art. 37), cujo significado remete a dois aspectos: o primeiro, à obrigatoriedade de que a administração pública proceda de modo a não privilegiar ou prejudicar ninguém, de que o seu norte seja, sempre, o **interesse público**; o segundo sentido é o da abstração da pessoalidade dos atos administrativos, pois, apesar de a ação administrativa ser exercida por intermédio de seus servidores, é resultado tão-somente da vontade estatal. A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público e sempre em atendimento ao interesse geral dos cidadãos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

A tabela identifica a distribuição do número de colaboradores de uma instituição pelos respectivos salários que recebem:

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO	NÚMERO DE COLABORADORES
R\$ 3.600,00	20
R\$ 4.200,00	15
R\$ 5.000,00	10
R\$ 6.000,00	5

11. Dentre os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00, qual o percentual dos que recebem menos de R\$ 5.000,00.

- a) 70%
- b) 50%
- c) 90%
- d) 30%
- e) 40%

Gabarito: B

Comentário: Os colaboradores que recebem mais de R\$ 4.000,00 são $15 + 10 + 5 = 30$. Dentre estes os que recebem menos de R\$ 5.000,00 são os 15 que recebem R\$ 4.000,00. Assim, a porcentagem pedida é igual a

$$P = 15/30 = \frac{1}{2} = 50\%$$

12. Sabendo-se que no próximo mês está previsto um aumento de 20% em todos os salários pagos, e que não haverá admissão de novos colaboradores, tampouco, demissão, assinale a alternativa que contém a soma da média aritmética simples, da mediana e da moda dos salários que essa instituição pagará aos seus colaboradores, após o aumento previsto:

- a) R\$ 14.520,00
- b) R\$ 14.400,00
- c) R\$ 14.360,00
- d) R\$ 14.240,00
- e) R\$ 14.000,00

Gabarito: A

Comentário: Inicialmente, iremos calcular a soma pedida na tabela acima e, posteriormente, aplicaremos o aumento de 20%.

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES PELOS SEUS RESPECTIVOS SALÁRIOS

SALÁRIO RECEBIDO (x)	NÚMERO DE COLABORADORES (f)	xf
R\$ 3.600,00	20	72.000
R\$ 4.200,00	15	63.000

R\$ 5.000,00	10	50.000
R\$ 6.000,00	5	30.000
TOTAL	50	215.000

A média aritmética é dada por $\mu = 215.000/50 = 4.300$

A moda é o valor que apresenta a maior frequência, ou seja, é igual a R\$ 3.600,00 (20 colaboradores).

Há 50 colaboradores, a mediana é a média entre o vigésimo quinto e a vigésimo sexto valores.

Mediana = $(4200 + 4200)/2 = 4.200$

Logo, a soma das três medidas de posição é igual a $4.300 + 3.600 + 4.200 = 12.100$

Finalmente, aplicaremos o aumento de 20%. Portanto, o valor final será igual a $1,2 \times 12,100 = 14.520$.

13. As idades de Arnaldo, Beto, Carlos, Dorival e Emílio somadas dão 216 anos. Sabe-se que:

- Dorival tem 2 anos a mais que Emílio;
- Emílio tem 3 anos a menos que Beto;
- Carlos tem 5 anos a mais que Dorival;
- a média aritmética das idades de Arnaldo e Danilo é a idade de Beto.

Entre os 5 homens citados, aquele tem 43 anos é:

- a) Arnaldo
- b) Beto
- c) Carlos
- d) Dorival
- e) Emílio

Gabarito: B

Comentário:

- Dorival tem 2 anos a mais que Emílio;

$$D = E + 2$$

- Emílio tem 3 anos a menos que Beto;

$$E = B - 3$$

$$B = E + 3$$

- Carlos tem 5 anos a mais que Dorival;

$$C = D + 5 = E + 2 + 5 = E + 7$$

- a média aritmética das idades de Arnaldo e Danilo é a idade de Beto.

$$(A + D)/2 = B$$

$$A + D = 2B$$

$$A + E + 2 = 2(E + 3)$$

$$A = 2E + 6 - E - 2$$

$$A = E + 4$$

$$A + B + C + D + E = 216$$

$$E + 4 + E + 3 + E + 7 + E + 2 + E = 216$$

$$5E = 216 - 16$$

$$E = 200/5$$

$$E = 40$$

$$B = E + 3 = 40 + 3 = 43$$

14. Se minha casa não é azul, então o meu gato mia.

Se minha casa é azul, então João não é feliz. Ora, João é feliz. Logo:

- a) a minha casa é azul e o meu gato não mia
- b) a minha casa não é azul e o meu gato mia
- c) a minha casa é azul e o meu gato mia
- d) a minha casa não é azul e o meu gato não mia
- e) se João é feliz, então o meu gato não mia

Gabarito: B

Comentário: Vamos iniciar pela última proposição já que não possui conectivos, ou seja, é uma proposição simples.

“João é feliz” é uma proposição verdadeira.

Se minha casa é azul, então João não é feliz (F)

Em uma condicional, se a segunda proposição é falsa, a primeira deve ser falsa para que a proposição composta seja verdadeira.

Portanto a proposição “minha casa é azul” é falsa.

Se minha casa é azul (F), então João não é feliz (F)

Se minha casa não é azul (V), então o meu gato mia.

Para que a proposição composta precedente seja verdadeira a segunda proposição deve ser verdadeira.

Logo, a proposição “O meu gato mia” é verdadeira.

Logo, concluímos que “O meu gato mia” e a “a minha casa não é azul” são proposições verdadeiras.

15. Rogério afirmou que todos os romãs de lã guardados numa gaveta são coloridos e nenhum deles foi usado. Mais tarde, ele percebeu que havia se enganado em relação à sua afirmação, o que permite concluir que

- a) pelo menos um romã de lã da gaveta não é colorido ou algum deles foi usado.
- b) pelo menos um romã de lã da gaveta não é colorido ou todos eles foram usados.
- c) os romãs de lã da gaveta não são coloridos e já foram usados.
- d) os romãs de lã da gaveta não são coloridos e algum deles já foi usado.
- e) existem romãs de lã brancos na gaveta e eles já foram usados.

Gabarito: A

Comentário: Há três coisas a serem negadas no enunciado: dois quantificadores e o conectivo “E”.

O conectivo “E” nega-se com o conectivo “OU”.

Quantificadores universais (todo, nenhum) são negados com quantificadores existenciais (algum... pelo menos um).

Assim

~ (todos os romãs de lã guardados numa gaveta são coloridos e nenhum deles foi usado) =

Pelo menos um romã de lã da gaveta não é colorido ou algum deles foi usado

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

16. Durante uma reunião administrativa no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, os servidores estavam discutindo a composição das Turmas e

Seções Especializadas. O tema era sobre o funcionamento do Tribunal e sua composição. Com base no Regimento Interno do TRT da 6ª Região, assinale a opção correta.

- a) O Tribunal Pleno é composto apenas pelos(as) Desembargadores(as) Presidentes de cada Turma, que deliberam sobre questões administrativas e processuais.
- b) As Turmas são compostas por 04 (quatro) Desembargadores(as) do Trabalho, e qualquer Desembargador(a) pode pleitear remoção de uma Turma para outra em caso de vacância ou permuta, mediante aprovação do Tribunal Pleno.
- c) O critério de antiguidade é sempre determinante na composição de novas Turmas, sem possibilidade de manifestação contrária do(a) Desembargador(a) mais antigo.
- d) Nas Turmas, é exigida a presença de, pelo menos, metade dos seus membros para que possam funcionar validamente.
- e) O(a) Desembargador(a) nomeado(a) ou promovido(a) ocupará a vaga na Turma onde foi aberta, salvo se houver opção de outro(a) Desembargador(a) por merecimento.

Gabarito: B

Comentário:

- A)** A alternativa A está **incorreta**. O Tribunal Pleno é composto por todos(as) os(as) Desembargadores(as) efetivos(as) em exercício, conforme § 1º do Art. 9º, e não apenas pelos Presidentes das Turmas.
- B)** A alternativa B está **correta**. O § 4º do Art. 9º permite que qualquer Desembargador(a) pleiteie remoção de uma Turma para outra em caso de vacância ou permuta, desde que haja aprovação do Tribunal Pleno.
- C)** A alternativa C está **incorreta**. Embora o critério de antiguidade seja levado em conta na composição de novas Turmas (§ 5º), o(a) Desembargador(a) mais antigo(a) pode manifestar-se em sentido contrário.

D) A alternativa D está **incorreta**. Nas Turmas, é necessária a presença de pelo menos 3/4 da composição, conforme § 8º do Art. 9º, e não metade dos membros.

E) A alternativa E está **incorreta**. A ocupação da vaga na Turma é destinada ao(à) Desembargador(a) nomeado(a) ou promovido(a), mas pode ser alterada se houver opção de outro(a) Desembargador(a) mais antigo(a), conforme § 6º.

17. Considerando o Regimento Interno do TRT-6, analise:

I - ações rescisórias dos acórdãos turmários, bem como das sentenças proferidas pelos Juízes do Trabalho ou Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;

II - conflito de competência entre as Varas do Trabalho, entre estas e Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;;

III – as arguições de suspeição e impedimento suscitadas contra Juízes do 1º Grau;

IV – habeas corpus, em face de atos praticados por Juízes do Trabalho do primeiro grau e dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;

V – habeas data, em face de atos praticados por Juízes do Trabalho do primeiro grau e dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista.

Compete à 2ª Seção Especializada processar e julgar:

a) Apenas I, III e V

b) Apenas II e IV

c) Apenas I, II e III

d) Apenas III, IV e V

e) Todas as opções.

Gabarito: C

Comentário: As competências estão bem divididas entre a primeira e segunda seção:

Art. 25. Compete à 1ª Seção Especializada processar e julgar:

I – mandados de segurança contra atos dos Juízes do Trabalho do primeiro grau e dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;

II – habeas corpus, em face de atos praticados por Juízes do Trabalho do primeiro grau e dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;

III – habeas data, em face de atos praticados por Juízes do Trabalho do primeiro grau e dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista

Art. 26. Compete à 2ª Seção Especializada processar e julgar:

I - ações rescisórias dos acórdãos turmários, bem como das sentenças proferidas pelos Juízes do Trabalho ou Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;

II - conflito de competência entre as Varas do Trabalho, entre estas e Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;;

III – as arguições de suspeição e impedimento suscitadas contra Juízes do 1º Grau;

IV – ação anulatória de cláusula de acordo e convenção coletiva;

V – pedido de restauração de autos.

18. Com base no Art. 1º do Código de Ética do TRT da 6ª Região, assinale a alternativa **correta** sobre a aplicabilidade do Código:

a) O Código de Ética aplica-se exclusivamente aos servidores efetivos do quadro de pessoal do TRT da 6ª Região.

b) Apenas os servidores efetivos e os ocupantes de cargo em comissão estão sujeitos às normas do Código de Ética.

c) Estagiários(as) em atividade no TRT da 6ª Região não estão sujeitos ao Código de Ética, pois sua vinculação é temporária.

d) Os(as) profissionais de empresas contratadas e prestadores(as) de serviço estão sujeitos ao Código de Ética, conforme previsto nos editais e contratos celebrados.

e) O Código de Ética não se aplica aos servidores oriundos de outros órgãos da Administração Pública em exercício no TRT da 6ª Região.

Gabarito: D

Comentário:

A) A alternativa A está **incorreta**. O Código de Ética não se aplica exclusivamente aos servidores efetivos, mas também a diversas outras categorias, como estagiários e profissionais contratados, conforme incisos I a V do Art. 1º.

B) A alternativa B está **incorreta**. O Código de Ética abrange não apenas os servidores efetivos e comissionados, mas também estagiários, profissionais alocados e prestadores de serviços, conforme Art. 1º.

C) A alternativa C está **incorreta**. Estagiários(as) em atividade no Tribunal estão sujeitos ao Código de Ética, sendo cientificados(as) do teor do documento, conforme inciso IV do Art. 1º.

D) A alternativa D está **correta**. Os(as) profissionais de empresas contratadas e prestadores(as) de serviços são obrigados a observar o Código de Ética, conforme previsto nos respectivos editais e contratos, conforme inciso V do Art. 1º.

E) A alternativa E está **incorreta**. Servidores oriundos de outros órgãos da Administração Pública em exercício no TRT da 6ª Região também estão sujeitos às normas do Código de Ética, conforme inciso II do Art. 1º.

LEI Nº 8.112/1990 E ALTERAÇÕES

Rodrigo Bet

19. Com relação aos conceitos de nomeação, posse e exercício previstos na Lei nº 8.112/1990, escolha a alternativa correta:

- a) Posse é uma hipótese de provimento de cargos públicos.
- b) A promoção interrompe o tempo de exercício.

c) Servidor público é, formalmente, a pessoa nomeada para provimento em cargo público.

d) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.

e) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança e o prazo para entrada em exercício é de 15 dias contados da data da posse.

Gabarito: E

Comentário: A alternativa correta é a letra E, pois de acordo com o art. 15 da Lei 8.112/1990, exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. O prazo para entrada em exercício é de 15 dias, contados da data da posse, conforme § 1º do art. 15.

Análise das demais alternativas:

- a) Incorreta. Posse não é hipótese de provimento, mas sim um ato que integra o processo de provimento.
- b) Incorreta. A promoção não interrompe o tempo de exercício, conforme art. 17 da Lei 8.112/1990.
- c) Incorreta. Servidor público, segundo o art. 2º da Lei, é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- d) Incorreta. A investidura ocorre com a posse, não com a nomeação, conforme art. 7º da Lei 8.112/1990.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

20. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário. Sobre essa norma, assinale a alternativa correta.

- a) Os órgãos do Poder Judiciário devem implementar plano de compensação ambiental até o ano 2025, a fim de monitorar, reduzir permanentemente e compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento.

- b) Os órgãos do Poder Judiciário devem prestar informações anualmente ao CNJ, dispensando-os de acompanhamento periódico dos indicadores.
- c) A alimentação do PLS-Jud cabe ao CNJ, que atesta a confiabilidade dos dados repassados.
- d) Compete às Unidades de Sustentabilidade avaliar e aprovar os relatórios de desempenho do PLS, elaborados pela Comissão Gestora.
- e) Uma das competências das Unidades de Sustentabilidade é a de monitorar os indicadores e as metas do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Gabarito: E

Comentário:

- A errada – Segundo o art. 24, o prazo é até 2030 (Agenda 2030 ONU).
- B errada – A prestação anual é independente do acompanhamento periódico dos indicadores (art. 22-C, § 3º).
- C errada – a alimentação cabe ao responsável designado de cada órgão do Poder Judiciário (art. 22-C, § 1º).
- D errada – É justamente o oposto: essa competência se refere à Comissão Gestora e é relativa aos relatórios produzidos pela Unidade de Sustentabilidade (art. 19, II).
- E correta – art. 16, II.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

- 21.** Em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes
- a) Estabelecer como dezoito anos como idade mínima para a admissão no trabalho.
 - b) Reconhecem direito da criança de ser protegida contra qualquer tipo de trabalho.
 - c) Garantir que a submissão da criança a trabalho forçado seja plenamente abrangida pelo seu direito criminal ou penal.

- d) Devem adotar todas as medidas possíveis para impedir que menores de 18 anos de idade participem diretamente de hostilidades.
- e) Devem garantir que a criança seja registrada imediatamente após seu nascimento e, desde o momento do nascimento, terá direito a um nome, a uma nacionalidade e, sempre, a conhecer seus pais e ser cuidada por eles.

Gabarito: C

Comentário:

- a) **ERRADA.** A convenção **NÃO** apresenta uma idade mínima pré-determinada. Nesse sentido:

Art. 32. (...) 2. Os Estados Partes devem adotar medidas legislativas, sociais e educacionais para assegurar a aplicação deste artigo. Para tanto, e levando em consideração os dispositivos pertinentes de outros instrumentos internacionais, os Estados Partes devem, em particular: estabelecer uma **idade mínima ou idades mínimas** para a admissão no trabalho;

- b) **ERRADA.** O reconhecimento **não se dá em relação a QUALQUER** tipo de trabalho. A proteção deve ocorrer contra os trabalhos que possam ser perigosos ou interferirem em sua educação, ou que seja prejudicial para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

Artigo 32. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de ser protegida contra a exploração econômica e contra a realização de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja prejudicial para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

- c) **CERTA.** Trata-se da literalidade da Convenção:

Artigo 3º

1. Todos os Estados Partes deverão **garantir que, no mínimo**, os seguintes atos e atividades sejam **plenamente abrangidos pelo seu direito criminal ou penal**, quer sejam cometidos em nível interno ou transnacional ou numa base individual ou organizada:

a) No contexto da venda de crianças, conforme definida na alínea a) artigo 2º:

i) A oferta, entrega, ou aceitação de uma criança, por qualquer meio, para fins de:

a. Exploração sexual da criança;

b. Transferência dos órgãos da criança com intenção lucrativa;

c. Submissão da criança a trabalho forçado;

d) ERRADA. A referida convenção fala em 15 anos como idade mínima parâmetro, na hipótese.

Artigo 38. Os Estados Partes devem adotar todas as medidas possíveis para impedir que menores de 15 anos de idade participem diretamente de hostilidades.

e) ERRADA. A utilização da expressão “sempre” tornou a assertiva **ERRADA**.

Artigo 7. A criança deve ser registrada imediatamente após seu nascimento e, desde o momento do nascimento, terá direito a um nome, a uma nacionalidade e, **na medida do possível**, a conhecer seus pais e ser cuidada por eles.

22. A Resolução nº 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), institui o programa de equidade, raça, gênero e diversidade no âmbito da justiça do trabalho. Em conformidade com a referida resolução,

a) O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.

b) As horas de trabalho dedicadas às atividades inerentes ao Comitê não serão consideradas parte da jornada de trabalho dos(as) servidores(as).

c) No Comitê Gestor Nacional do Programa obrigatoriamente deverá haver representação de magistrado LGBTQIAP+.

d) Em relação ao Comitê Regional, o mandato terá duração de dois anos, sendo vedada a recondução.

e) O programa não se aplica aos terceirizados.

Gabarito: A

Comentário:

a) CERTA. Trata-se da literalidade da resolução:

Art. 7º O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.

b) ERRADA. As referidas horas **SERÃO** consideradas parte da jornada de trabalho dos servidores.

Art. 14 As horas de trabalho dedicadas às atividades inerentes ao Comitê serão consideradas parte da jornada de trabalho dos(as) servidores(as)

c) ERRADA. Não há a referida obrigatoriedade. Trata-se de uma faculdade em relação ao comitê gestor nacional:

Art. 6º Fica instituído, no âmbito do CSJT, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, composto pelos seguintes membros efetivos:

I - Ministro(a) Presidente do CSJT, que o presidirá;

II - Um Ministro(a) Coordenador(a), indicado(a) pela Presidência do CSJT;

III - Um Ministro(a) Vice-Coordenador(a), indicado(a) pela Presidência do CSJT;

IV - **Cinco magistrados(as)**, representando cada uma das cinco regiões do país, indicados pela Presidência do CSJT, sendo **preferencialmente**: um(a) magistrado(a) com deficiência, um(a) magistrado(a) negro(a), um(a) magistrado(a) LGBTQIAP+, uma magistrada mulher e um(a) magistrado(a) com mais de 60 (sessenta) anos; e

V - Dois servidores(as) do TST ou do CSJT, indicados pela Presidência do CSJT e do TST, preferencialmente entre servidores(as) com deficiência, negros(as), LGBTQIAP+, mulheres ou com mais de 60 (sessenta) anos.

d) ERRADA. Não há vedação da recondução.

Art. 8º. (...) § 6º O mandato do Comitê terá duração de dois anos, e a eleição/indicação ocorrerá até 90 dias após a posse da Administração do Tribunal.

§ 7º Os membros do Comitê **serão reeleitos/reconduzidos por apenas um mandato consecutivo** ou três alternados, garantindo a circularidade e a alternância de seus membros, exceto no caso de não haver nenhum outro candidato interessado na vaga.

e) ERRADA. Aplica-se também aos terceirizados.

Art. 1º. (...) Art. 1º Instituir o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, com o objetivo de afirmar o compromisso contínuo com a busca da promoção da equidade de raça, gênero, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, etária e de pessoas com deficiência, bem como das demais dimensões da diversidade nas relações sociais e de trabalho, no âmbito da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Este Programa é destinado a magistrados(as), servidores(as), trabalhadores(as) terceirizados(as), estagiários(as), aprendizes e, no que couber, aos demais usuários da Justiça do Trabalho (jurisdicionados(as), advogados(as), estudantes etc).

23. Com base no disposto na Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e protocolo facultativo, e, principalmente, as medidas que devem ser adotadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego, considere:

- I – O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego;
- II – O direito à proteção da saúde e à segurança nas condições de trabalho, inclusive a salvaguarda da função de reprodução.
- III – O direito à seguridade social, em particular em casos de aposentadoria, desemprego, doença, invalidez, velhice ou outra incapacidade para trabalhar, bem como o direito a férias pagas;

Devem ser assegurados, em condições de igualdade entre homens e mulheres o que consta em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- e) I, apenas.

Gabarito: C

Comentário: Todos os itens estão corretos, nos termos do que dispõe a Convenção:

Artigo 11 1. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular:

- a) O direito ao trabalho como direito inalienável de todo ser humano;
- b) O direito às mesmas oportunidades de emprego, inclusive a aplicação dos mesmos critérios de seleção em questões de emprego; **(ITEM I)**
- c) O direito de escolher livremente profissão e emprego, o direito à promoção e à estabilidade no emprego e a todos os benefícios e outras condições de serviço, e o direito ao acesso à formação e à atualização profissionais, incluindo aprendizagem, formação profissional superior e treinamento periódico;
- d) O direito a igual remuneração, inclusive benefícios, e igualdade de tratamento relativa a um trabalho de igual valor, assim como igualdade de tratamento com respeito à avaliação da qualidade do trabalho;
- e) O direito à seguridade social, em particular em casos de aposentadoria, desemprego, doença, invalidez, velhice ou outra incapacidade para trabalhar, bem como o direito a férias pagas; **(ITEM III)**
- f) O direito à proteção da saúde e à segurança nas condições de trabalho, inclusive a salvaguarda da função de reprodução. **(ITEM II)**

Assim, correta a **alternativa C**.

24. Uma das características dos direitos humanos é a relatividade, a qual significa que

- a) Existem normas de direitos humanos que são hierarquicamente superiores no ordenamento internacional.
- b) Os Direitos Humanos decorrem de formação histórica, surgindo e se solidificando conforme a evolução da sociedade.
- c) Não poderão os titulares do direito humano dispor desse direito, ainda que pretendam fazê-lo.
- d) Os Direitos Humanos podem sofrer limitações para adequá-los a outros valores coexistentes na ordem jurídica
- e) Os Direitos Humanos não poderão ser comercializados pela pessoa tutelada por esse direito.

Gabarito: D

Comentário:

- a) **ERRADA.** Trata-se do conceito de superioridade normativa (jus cogens).
- b) **ERRADA.** Trata-se do conceito de historicidade.
- c) **ERRADA.** Trata-se do conceito de irrenunciabilidade.
- d) **CERTA.** Trata-se do conceito de relatividade, exigido pela questão.
- e) **ERRADA.** Trata-se do conceito de inalienabilidade.

25. Com base convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) Pode fazer parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos mais de um nacional de um mesmo Estado.
- b) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de cinco membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

- c) O juiz que for nacional de algum dos Estados-Partes no caso submetido à Corte Interamericana de direitos humanos não poderá conhecer do mesmo.
- d) O quórum para as deliberações da Corte é constituído por quatro juízes.
- e) A Comissão comparecerá em todos os casos perante a Corte.

Gabarito: E

Comentário:

- a) **ERRADA.** A convenção veda que mais de um nacional do mesmo estado faça parte da comissão.

ARTIGO 37

1. Os membros da Comissão serão eleitos por quatro anos e só poderão ser reeleitos uma vez, porém o mandato de três dos membros designados na primeira eleição expirará ao cabo de dois anos. Logo depois da referida eleição, serão determinados por sorteio, na Assembleia-Geral, os nomes desses três membros.
2. Não pode fazer parte da Comissão mais de um nacional de um mesmo Estado

- b) **ERRADA.** A comissão é composta de **CINCO** membros.

ARTIGO 34

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos compor-se-á de sete membros, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.

- c) **ERRADA.** É assegurado ao juiz o direito de permanecer no caso.

ARTIGO 55

1. O juiz que for nacional de algum dos Estados-Partes no caso submetido à Corte conservará o seu direito de conhecer o mesmo.
- d) **ERRADA.** O quórum de deliberação é de CINCO juízes.

ARTIGO 56

O quorum para as deliberações da Corte é constituído por cinco juízes.

- e) **CERTA.** Trata-se do disposto na Convenção:

ARTIGO 57

A Comissão comparecerá em todos os casos perante a Corte.

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

26. Ao clicar na Barra de Tarefas do Windows, com o botão direito do mouse, qual das opções abaixo não está disponível no menu suspenso que aparece com essa operação:

- a) Mostrar a área de trabalho
- b) Gerenciador de tarefas
- c) Mostrar botão iniciar
- d) Mostrar botão cortana
- e) Mostrar botão visão de tarefas

Gabarito: C

Comentário:

Letra a: errada. Essa opção está presente no menu descrito.

Letra b: errada. Essa opção está presente no menu descrito.

Letra c: correta. Essa opção não está presente no menu descrito.

Letra d: errada. Essa opção está presente no menu descrito.

Letra e: errada. Essa opção está presente no menu descrito.

27. No Word, temos a opção Selecionar que se encontra na guia Página Inicial, na área Edição. Ao clicarmos sobre ela, qual das opções abaixo NÃO será listada:

- a) Selecionar Tudo
- b) Selecionar Objetos
- c) Selecionar todo o texto com formatação semelhante

d) Selecionar Parágrafos

e) Painel de Seleção

Gabarito: D

Comentário:

Letra a: errada. Essa opção está presente no menu descrito.

Letra b: errada. Essa opção está presente no menu descrito.

Letra c: errada. Essa opção está presente no menu descrito.

Letra d: correta. Essa opção não está presente no menu descrito.

Letra e: errada. Essa opção está presente no menu descrito.

28. Sobre as funções do Excel, listadas abaixo, marque a descrição correta:

a) A função =SUBSTITUIR() → Substitui o texto pelo valor nulo.

b) A função =MED() → Identifica a média aritmética dos valores selecionados.

c) A função =ARRUMAR() → Remove espaços desnecessários no texto, e reorganiza as palavras de acordo com uma melhor lógica encontrada.

d) A função =ARRED() → Arredonda o valor para a quantidade de dígitos existente na célula anterior acima da atual.

e) A função =AGORA() → Apresenta a data e hora atual.

Gabarito: E

Comentário:

Letra a: errada. A função =SUBSTITUIR() → Substitui o texto de acordo com a informação inserida.

Letra b: errada. A função =MED() → Identifica a mediana dos valores selecionados.

Letra c: errada. A função =ARRUMAR() → Remove espaços desnecessários no texto, deixando espaços únicos entre as palavras.

Letra d: errada. A função =ARRED() → Arredonda o valor para a quantidade de dígitos determinada pelo usuário.

Letra e: correta. É exatamente essa a atividade realizada pela função AGORA.

29. Das letras abaixo, marque aquela que exhibe protocolo que podem ser utilizados para a troca de arquivos entre computadores:

- a) SMTP.
- b) HTTP.
- c) IMAP.
- d) FTP.
- e) IRC

Gabarito: D

Comentário:

Letra a: errada. SMTP é protocolo de email.

Letra b: errada. HTTP é protocolo de exibição de páginas

Letra c: errada. IMAP é protocolo de email.

Letra d: correta. É exatamente a função do FTP.

Letra e: errada. IRC é protocolo de troca de mensagens on-line.

30. O ataque também conhecido como “envenenamento de cache DNS” é o:

- a) Ransomware
- b) Adware.
- c) Phishing
- d) spyware.
- e) Pharming.

Gabarito: E

Comentário:

Letra a: errada. Ransomware é o ataque de sequestro dos dados Spyware é um tipo de ataque que é o programa espião que rouba informações não autorizadas dos usuários.

Letra b: errada. Adware é a abertura repetitivas de telas.

Letra c: errada. Phishing é o ataque da página falsa para roubar informações financeiras ou bancárias.

Letra d: errada. Spyware é um tipo de ataque que é o programa espião que rouba informações não autorizadas dos usuários.

Letra e: correta. Esse é o sinônimo de Pharming.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

31. João, servidor público, teve seu pedido de licença negado por uma autoridade administrativa. Sentindo-se prejudicado, João tomou ciência oficial da decisão no dia 1º de dezembro. Imediatamente, decidiu recorrer administrativamente, apresentando seu recurso no dia 5 de dezembro. No entanto, a autoridade que negou a licença manteve sua decisão e encaminhou o recurso à autoridade superior, que o recebeu no dia 10 de dezembro. Com base na situação apresentada e nas disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta:

- a) João apresentou seu recurso fora do prazo legal, uma vez que deveria tê-lo interposto até o dia 4 de dezembro.
- b) a autoridade que negou a licença deveria reconsiderar sua decisão no prazo de dez dias, antes de encaminhá-la à autoridade superior.
- c) salvo previsão legal específica, o recurso de João será analisado em no máximo três instâncias administrativas.
- d) caso o órgão competente não decida o recurso de João até 9 de janeiro, haverá omissão administrativa, uma vez que o prazo de 30 dias é improrrogável.

e) o recurso de João poderá ser interposto somente mediante caução, devido à natureza do pedido.

Gabarito: C

Comentário:

Letra A: Errada. João apresentou o recurso dentro do prazo legal, que é de dez dias (art. 59, caput). Como tomou ciência da decisão no dia 1º de dezembro, o prazo para interposição se encerraria no dia 11 de dezembro, portanto, o recurso interposto no dia 5 de dezembro foi tempestivo.

Letra B: Errada. De acordo com o art. 56, § 1º, a autoridade que proferiu a decisão tem o prazo de cinco dias para reconsiderar sua decisão, e não dez dias. Assim, o prazo foi corretamente observado na situação apresentada.

Letra C: Certa. Nos termos do art. 57, o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa. Portanto, a assertiva está em conformidade com a lei.

Letra D: Errada. Embora o prazo inicial para decisão do recurso seja de 30 dias, conforme o art. 59, § 1º, esse prazo pode ser prorrogado por igual período, desde que haja justificativa explícita (§ 2º). Assim, a alegação de omissão administrativa no dia 9 de janeiro é incorreta.

Letra E: Errada. A interposição de recurso administrativo independe de caução, salvo exigência legal (art. 56, § 2º). Não há qualquer exigência de caução para o caso de João, tornando a alternativa equivocada.

32. Com base nos conceitos de revogação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a revogação de um ato administrativo praticado pelo Poder Executivo pode ser realizada por qualquer Poder, inclusive o Judiciário, desde que não interfira na legalidade do ato.
- b) atos administrativos vinculados podem ser revogados desde que a decisão atenda ao interesse público superveniente.

c) a revogação de um ato administrativo produz efeitos retroativos (*ex tunc*), invalidando os efeitos já realizados pelo ato revogado.

d) a revogação de um ato administrativo válido, eficaz e discricionário ocorre por juízo de mérito, sendo realizada pela própria Administração.

e) atos administrativos exauridos podem ser revogados, desde que a decisão seja tomada pela autoridade que editou o ato originalmente.

Gabarito: D

Comentário:

Letra A: Errada. A revogação é um ato administrativo exclusivo da própria administração que editou o ato ou de autoridade hierarquicamente superior, e não pode ser realizada pelo Poder Judiciário. Este último pode apenas apreciar a legalidade dos atos administrativos, mas não atuar no juízo de mérito.

Letra B: Errada. Atos administrativos vinculados não podem ser revogados, pois a revogação é um juízo de mérito que opera sobre atos discricionários. Atos vinculados podem ser anulados em caso de ilegalidade, mas não revogados.

Letra C: Errada. A revogação produz efeitos prospectivos (*ex nunc*), ou seja, os efeitos do ato até o momento da revogação permanecem válidos. A retroatividade (*ex tunc*) ocorre apenas nos casos de anulação, que trata de atos ilegais.

Letra D: Certa. Isso mesmo. A revogação é um ato administrativo que desfaz um ato válido, eficaz e discricionário, por juízo de mérito, devido à superveniência de interesse público, sendo realizada pela própria administração que editou o ato ou por autoridade hierarquicamente superior.

Letra E: Errada. Atos administrativos exauridos, que já produziram todos os seus efeitos, não podem ser revogados, pois não há mais efeitos a serem desfeitos.

33. Com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) sobre a indisponibilidade de bens, assinale a alternativa correta:

- a) a indisponibilidade de bens pode recair sobre valores depositados em caderneta de poupança, desde que sejam inferiores a 40 salários-mínimos.
- b) a decretação de indisponibilidade de bens exige, em todos os casos, a oitiva prévia do réu no prazo de 5 dias.
- c) a indisponibilidade pode incluir bens mantidos no exterior pelo réu, desde que observados os dispositivos legais e os tratados internacionais que amparem essa medida.
- d) a indisponibilidade de bens poderá incidir sobre o bem de família do réu, ainda que não haja indícios de que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.
- e) a ordem de indisponibilidade de bens não pode priorizar bens móveis em geral, devendo recair diretamente sobre contas bancárias para garantir celeridade e liquidez.

Gabarito: C

Comentário:

Letra A: Errada. A indisponibilidade de bens não pode recair sobre valores depositados em caderneta de poupança até o limite de 40 salários-mínimos, conforme o art. 16, § 13, independentemente de outros fatores.

Letra B: Errada. Embora a regra geral exija a oitiva prévia do réu (art. 16, § 3º), há exceções que permitem a decretação sem essa oitiva quando o contraditório puder frustrar a medida ou houver outras circunstâncias urgentes (art. 16, § 4º).

Letra C: Certa. Nos termos do art. 16, § 2º, a indisponibilidade de bens pode incluir investigação, exame e bloqueio de bens no exterior, desde que observados os dispositivos legais e tratados internacionais aplicáveis.

Letra D: Errada. O bem de família é protegido contra a indisponibilidade, salvo se comprovado que ele seja fruto de vantagem patrimonial indevida (art. 16, § 14).

Letra E: Errada. A ordem de indisponibilidade deve priorizar veículos, bens imóveis, bens móveis em geral, entre outros, antes de recair sobre contas

bancárias, a fim de assegurar a subsistência do réu e a continuidade da atividade empresarial (art. 16, § 11).

34. A Prefeitura de determinado Município celebrou contrato com uma empresa para aquisição de equipamentos de informática. Durante a execução do processo licitatório, surgiram questionamentos sobre a designação dos agentes responsáveis pelas funções essenciais à licitação e ao contrato. Verificou-se que:

I – João, membro da equipe de apoio, não é servidor efetivo, mas possui qualificação compatível e certificação profissional emitida por uma escola de governo pública.

II – O pregoeiro, designado pela autoridade máxima do órgão, acumula também a função de fiscal do contrato.

III – Paulo, que também é membro da equipe de apoio, é irmão de um dos sócios da empresa vencedora da licitação, que já firmou diversos contratos com o município nos últimos meses.

Com base na Lei nº 14.133/2021 e na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

a) João não pode exercer a função de membro da equipe de apoio, por não ser servidor efetivo da administração pública.

b) a designação de servidor simultaneamente como pregoeiro e fiscal do contrato viola o princípio da segregação de funções, devendo ser designado outro agente para uma das atividades.

c) o vínculo de parentesco entre Paulo e o sócio da empresa vencedora não impede sua atuação, desde que ele não tenha poder de decisão no certame.

d) a certificação profissional emitida por uma escola de governo criada e mantida pelo poder público é insuficiente para a designação de agentes de licitação, que devem obrigatoriamente ser servidores efetivos.

e) o acúmulo de funções de pregoeiro e fiscal do contrato é permitido, desde que não sejam

identificados riscos de fraude ou conflito de interesses no processo licitatório.

Gabarito: B**Comentário:**

Letra A: Errada. O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe (art. 8º, § 1º). Com efeito, entre os requisitos da equipe de apoio está o de ser “preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública” (art. 7º, I). Logo, os membros da equipe de apoio não precisam ser “obrigatoriamente” servidores efetivos.

Letra B: Certa. O art. 7º, § 1º determina que a autoridade máxima observe o princípio da segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para funções mais suscetíveis a riscos, como o acúmulo das atribuições de pregoeiro e fiscal do contrato. Essa situação aumenta o risco de ocultação de erros e ocorrência de fraudes, devendo ser evitada.

Letra C: Errada. O art. 7º, III veda a participação de agentes de licitação que sejam parentes de licitantes ou contratados habituais da administração pública, até o terceiro grau. Logo, o vínculo de parentesco impede a atuação do membro da comissão de licitação.

Letra D: Errada. A certificação profissional emitida por uma escola de governo pública é um dos requisitos para designação dos agentes de contratação (art. 7º, II). Por outro lado, em regra, basta que o agente seja “preferencialmente” efetivo ou empregado do quadro permanente. Não há obrigatoriedade de ser servidor efetivo. Essa regra (ser efetivo ou empregado permanente) só é obrigatória para o agente de contratação (art. 8º) e os membros da comissão de contratação do diálogo competitivo (art. 32, § 1º, XI).

Letra E: Errada. O princípio da segregação de funções, previsto no art. 7º, § 1º, não permite o acúmulo de

funções mais suscetíveis a riscos, como pregoeiro e fiscal de contrato.

35. Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 sobre as alterações nos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a modificação da forma de pagamento no contrato pode ser feita por acordo entre as partes, desde que mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem correspondente contraprestação.
- b) o contratado é obrigado a aceitar alterações unilaterais no contrato que resultem em acréscimos ou supressões de até 50% do valor inicial atualizado, em qualquer tipo de contrato administrativo.
- c) as alterações unilaterais pela Administração Pública podem transfigurar o objeto da contratação, desde que tecnicamente justificadas.
- d) o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato não é permitido em decorrência de eventos previsíveis, ainda que de consequências incalculáveis.
- e) as alterações contratuais decorrentes de falhas de projeto eximem o responsável técnico de qualquer responsabilidade pelos danos causados à Administração.

Gabarito: A**Comentário:**

Letra A: Certa. O art. 124, inciso II, ‘c’ permite a modificação da forma de pagamento mediante acordo entre as partes, desde que mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação.

Letra B: Errada. O limite de 50% para alterações unilaterais aplica-se exclusivamente a contratos de reforma de edifício ou equipamento, conforme o art. 125, caput. Para os demais contratos, o limite é de 25%.

Letra C: Errada. As alterações unilaterais pela Administração não podem transfigurar o objeto da contratação, conforme o art. 126. A modificação deve respeitar os limites legais e o objeto originalmente pactuado.

Letra D: Errada. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro é permitido em decorrência de eventos imprevisíveis ou previsíveis com consequências incalculáveis, conforme o art. 124, inciso II, 'd'.

Letra E: Errada. O art. 124, § 1º prevê que as alterações contratuais decorrentes de falhas de projeto ensejam a apuração de responsabilidade do responsável técnico, com a adoção de medidas para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

36. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

Gabarito: B

Comentário:

- a) Correta. De acordo com o art. 95 da Constituição Federal.
- b) Incorreta. Não se trata de ato discricionário, mas, sim, vinculado, pois somente se a proposta orçamentária for encaminhada em desacordo com os limites é que o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação. Aplicação do art. 99, § 4º, da Constituição Federal.
- c) Correta. De acordo com o art. 93, III, da Constituição Federal.
- d) Correta. De acordo com o art. 102, I, "a", da Constituição Federal.
- e) Correta. De acordo com o art. 109, VI, da Constituição Federal.

37. Dentre as atribuições do Presidente da República enumeradas na Constituição Federal, algumas poderão ser delegadas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República e ao Advogado-Geral da União. Indique a alternativa que contenha apenas competência delegável.

- a) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- b) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- c) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.
- d) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- e) enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento.

Gabarito: A

Comentário:

Letra a: certa. As competências do Presidente da República delegáveis são as seguintes: **1)** dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos (art. 84, VI, da

CF/88); **2)** conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei (art. 84, XII, da CF/88); **3)** prover os cargos públicos federais, na forma da lei (art. 84, XXV, primeira parte, da CF/88).

Letras b, c, d e: erradas. Todas essas atribuições são do Presidente da República, mas nenhuma delas é delegável, conforme consta no parágrafo único do artigo 84 da Constituição Federal.

38. A Constituição Federal proíbe o tratamento diferenciado entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos que prevê taxativamente em seu texto. Dentre tais diferenças estão cargos privativos de brasileiros natos. A respeito do tema, indique a alternativa em os dois cargos devem ser privativos de brasileiros natos.

- a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça e Senador.
- b) Secretário da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente da República.
- c) Governador de Território e Presidente da República.
- d) General do Exército e Ministro de Estado da Defesa.
- e) Carreira diplomática e Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Gabarito: D

Comentário: Nos termos do § 3º do artigo, são privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa. Esse rol é taxativo. Assim, a alternativa correta é a letra D. Na mesma linha, **letras a, b, c, e: erradas.**

39. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina processou e julgou originariamente mandado de segurança impetrado contra o Governador do Estado. Sabendo que a decisão foi denegatória, o

impetrante, inconformado, em grau de recurso, poderá interpor:

- a) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- d) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- e) recurso especial ao Supremo Tribunal Federal.

Gabarito: C

Comentário: letras a, b, d, e: erradas. Nos termos do artigo 105, II, b, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.

40. Em relação aos direitos políticos, em conformidade com o estabelecido na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) para concorrer a outros cargos, os Governadores de Estado devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- b) são inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- c) o militar alistável é elegível e se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.
- d) é vedada a cassação de direitos políticos, salvo nos casos de condenação criminal transitada em julgado.
- e) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.

Gabarito: C

Comentário:

a) Errado. A renúncia de que trata a alternativa deve ocorrer até seis meses antes do pleito, nos termos do §6º do art. 14 da Constituição Federal.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

b) Errado. São inelegíveis os parentes até o segundo grau e não terceiro, nos termos do §7º do art. 14 da Constituição Federal.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

c) Certo. É o que disciplina o inciso I do §8º do art. 14 da Constituição Federal.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

d) Errado. A cassação de direitos políticos é vedada pela Constituição Federal, podendo haver apenas a perda ou suspensão, nos casos previstos no art. 15.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

e) Errado. Nesse caso a lei não se aplicará às eleições ocorridas em até um ano da data da vigência, nos termos do art. 16 da Constituição Federal.

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Rafael é vendedor externo e possui controle de jornada por meio de um aplicativo fornecido pela empresa, utilizado no smartphone do trabalhador. Ele frequentemente trabalha além da jornada de oito horas diárias, sem o recebimento de horas extras correspondentes. Assinale a alternativa que se encontra de acordo com os preceitos celetistas.

a) Rafael não tem direito a horas extras, pois é trabalhador externo.

b) O controle da jornada descaracteriza a condição de trabalho externo para fins de controle de jornada.

c) Trabalhadores externos nunca têm controle de jornada e, portanto, não recebem horas extras.

d) Mesmo sem prévio ajuste, o empregador pode compensar o excesso de jornada com folgas semanais.

e) Rafael deve buscar homologação sindical para ter direito às horas extras.

Gabarito: B

Comentário: O art. 62, I, da CLT exclui os trabalhadores externos do controle de jornada:

Art. 62 - Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo:

I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de

Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados;

No entanto, se houver controle efetivo da jornada de trabalho, como no caso do uso de aplicativos ou sistemas de monitoramento, afasta-se a aplicação deste dispositivo, sendo devido o pagamento das horas extras.

42. Considere que um empregado, com salário-hora de R\$ 12,00, e jornada de trabalho de 8 horas diárias, não usufruiu seu intervalo intrajornada durante 22 dias úteis do mês. Assinale a alternativa que menciona o valor total que ele deve receber pela supressão do intervalo intrajornada:

- a) R\$ 198,00
- b) R\$ 264,00
- c) R\$ 330,00
- d) R\$ 396,00
- e) R\$ 462,00

Gabarito: D

Comentário: A partir do disposto no artigo 71, §4º, da CLT, para calcular o valor devido pela supressão do intervalo intrajornada, seguimos os passos abaixo:

1. **Salário-hora:** R\$ 12,00
2. **Acréscimo de 50%:** 50% sobre o valor da hora (R\$ 12,00 × 0,50 = R\$ 6,00).
 - Valor da hora extra: R\$ 12,00 + R\$ 6,00 = **R\$ 18,00**
3. **Quantidade de horas suprimidas no mês:** 1 hora × 22 dias = 22 horas.
4. **Valor total pela supressão:** 22 horas × R\$ 18,00 = **R\$ 396,00.**

43. Analise as afirmativas abaixo a respeito do término do vínculo empregatício:

- I. Se houver a adesão de empregado a Plano de Demissão Incentivada (PDI), será válida a quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, desde que o Plano tenha sido aprovado por negociação coletiva trabalhista.

II. O pagamento a que fizer jus o empregado poderá sempre ser efetuado em dinheiro, depósito bancário ou cheque visado, em qualquer fase contratual.

III. A cessação da atividade da empresa exclui o direito do empregado ao aviso prévio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- e) Apenas a assertiva II está correta.

Gabarito: B

Comentário: O **item I** está correto. Caso sejam objeto de previsão em ACT/CCT, a adesão do empregado ao Plano de Demissão representa, como regra geral, **quitação plena e irrevogável** dos direitos decorrentes da relação empregatícia:

CLT, art. 477-B. Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa **individual, plúrima** ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja **quitação plena e irrevogável** dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.

Além disso, para que efetivamente ocorra tal quitação plena, o Ministro Godinho defende que haja (além da previsão em ACT/CCT) expressa menção à quitação na documentação e benefícios ao trabalhador:

é válida a quitação plena e irrevogável (quitação ampla e irrestrita) dos direitos decorrentes da relação empregatícia, em se tratando de rescisão contratual lavrada pelo empregado sob a égide de PDV ou PDI que tenha sido aprovado por negociação coletiva trabalhista (ACT ou CCT), com referência expressa no instrumento coletivo negociado e nos instrumentos firmados pelo trabalhador, concernentes à sua adesão ao Plano de Desligamento e à sua respectiva rescisão contratual (art. 477-B, CLT, em conjugação com a

decisão vinculante do STF no RE 590.415-SC); essa validade ampla e irrestrita supõe a presença no Plano de Desligamento de vantagens reais em benefício do trabalhador aderente (..)

O **item II** está incorreto. Em se tratando de empregado **analfabeto**, o pagamento rescisório poderá ser feito apenas em **dinheiro** ou **depósito bancário**:

CLT, art. 477, § 4º O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado:

I - em **dinheiro, depósito bancário** ou **cheque visado**, conforme acordem as partes; ou

II - em **dinheiro** ou **depósito bancário** quando o empregado for **analfabeto**.

O **item III** está incorreto. Nas situações em que há **extinção da empresa ou estabelecimento** a doutrina também confere ao empregado o direito às verbas rescisórias cabíveis na dispensa sem justa causa. A Súmula 44 do TST também reconhece o direito do empregado ao aviso prévio:

SUM-44 AVISO PRÉVIO

A cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

44. Examine as assertivas abaixo sobre as hipóteses de estabilidade e garantias provisórias de emprego:

I. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes e assédio, seja titular ou suplente, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.

II. Os empregados de empresas que tenham sido eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criadas são destinatários da estabilidade provisória no emprego, com exatamente a mesma proteção assegurada aos dirigentes sindicais.

III. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de cinco meses, a

manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

IV. Segundo o TST, as empregadas contratadas sob regime temporário (Lei 6.019/1974) fazem jus à estabilidade prevista no artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Assinale a alternativa CORRETA:

a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

d) Apenas a assertiva I está correta.

e) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

Gabarito: D

Comentário: O **item I** está correto. Esta garantia de emprego recai apenas sobre os empregados eleitos (**representantes dos empregados**), conforme definido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

ADCT, art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: (...)

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

a) do empregado eleito para cargo de direção de **comissões internas de prevenção de acidentes**, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato;

Além disso, o suplente também possui tal estabilidade:

SUM-339 CIPA. SUPLENTE. GARANTIA DE EMPREGO. CF/1988

I - O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, II, "a", do ADCT a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O **item II** está incorreto. Configura estabilidade provisória a situação dos empregados eleitos

diretores de cooperativas criadas pelos próprios trabalhadores (cooperativa de consumo):

Lei 5.764/1971, art. 55. Os **empregados** de empresas que sejam **eleitos diretores de sociedades cooperativas** pelos mesmos criadas, gozarão das **garantias asseguradas aos dirigentes sindicais** pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A garantia dos empregados eleitos **diretores de cooperativas** criadas pelos próprios trabalhadores (cooperativa de consumo) se dá na mesma forma que a dos dirigentes sindicais (prevista no art. 543 da CLT). Entretanto, diferentemente daquela, a estabilidade dos diretores de cooperativas **não alcança seus suplentes** conforme OJ-253 da SDI-1 do TST:

OJ SDI-1 253. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. COOPERATIVA. LEI Nº 5.764/71. CONSELHO FISCAL. SUPLENTE. NÃO ASSEGURADA (inserida em 13.03.2002)

O art. 55 da Lei nº 5.764/71 assegura a garantia de emprego apenas aos empregados eleitos diretores de Cooperativas, **não abrangendo os membros suplentes**.

O **item III** está incorreto. A estabilidade provisória do empregado acidentado está prevista na Lei 8.213/91 (Plano de Benefícios da Previdência Social), como sendo de 12 meses:

Lei 8.213/91, art. 118. O segurado que sofreu **acidente do trabalho** tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

O **item IV** está incorreto. O TST tem entendido, a exemplo do IAC 5639-31.2013.5.12.0051, que as trabalhadoras contratadas sob regime temporário não fazem jus à estabilidade prevista no ADCT, art. 10, diferentemente do que se verifica em relação às empregadas contratadas sob contrato por prazo determinado previsto na CLT.

45. No que se refere à proteção trabalhista às mulheres, assinale a alternativa que CONTRARIA a CLT:

- a) Os estabelecimentos em que trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.
- b) É de 60 quilogramas o peso máximo que um empregado pode remover individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher, para as quais o limite geral será de 20 e de 25 quilogramas, respectivamente, para o trabalho contínuo e ocasional.
- c) A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário.
- d) Durante o período da licença-maternidade, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos doze últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.
- e) Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

Gabarito: D

Comentário: A letra (D) está contrariando a CLT, na medida em que tal prazo é de 6 meses:

Art. 393 - Durante o período a que se refere o art. 392, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava.

Os demais itens estão corretos:

Art.198 - É de 60 kg (sessenta quilogramas) o peso máximo que um empregado pode remover

individualmente, ressalvadas as disposições especiais relativas ao trabalho do menor e da mulher.

Art. 390 - Ao empregador é vedado empregar a mulher em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional.

Art. 377 - A adoção de medidas de proteção ao trabalho das mulheres é considerada de ordem pública, não justificando, em hipótese alguma, a redução de salário.

art. 389, § 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

Art. 394 - Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação.

46. Sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) É garantido o salário-mínimo, exceto para os que percebem remuneração variável.
- b) O aviso prévio deve ser proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 60 (sessenta) dias.
- c) Os trabalhadores têm direito à irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- d) O adicional de remuneração para atividades penosas é obrigatório e deve ser de, no mínimo, 50% do salário.
- e) O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é facultativo, conforme estipulado por convenção coletiva.

Gabarito: C

Comentário: A alternativa correta é a **c**, pois o artigo 7º, inciso VI, da Constituição Federal assegura a irredutibilidade do salário, exceto quando houver disposição em convenção ou acordo coletivo. A alternativa **a** está incorreta, pois garante-se o mínimo mesmo para os que percebem remuneração variável (inciso VII). A alternativa **b** está errada porque o aviso prévio proporcional deve ser de, no mínimo, **30 dias**. A alternativa **d** erra ao definir um percentual obrigatório para atividades penosas, já que a Constituição não fixa tal índice. Por fim, a alternativa **e** está equivocada, pois o FGTS é obrigatório.

47. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são causas de rescisão do contrato de trabalho por justa causa, EXCETO:

- a) Ato de improbidade.
- b) Incontinência de conduta ou mau procedimento.
- c) Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado.
- d) Participação em greve, desde que considerada abusiva pela Justiça do Trabalho.
- e) Desídia no desempenho das respectivas funções.

Gabarito: D

Comentário: A alternativa **d** está incorreta porque a participação em greve, ainda que considerada abusiva pela Justiça do Trabalho, **não configura justa causa** prevista no artigo 482 da CLT. As demais alternativas mencionam hipóteses que estão expressamente listadas no referido artigo: **a** (alínea "a"), **b** (alínea "b"), **c** (alínea "m") e **e** (alínea "e").

48. Considerando o que dispõe a CLT, será computado como tempo à disposição do empregador o lapso temporal que o obreiro permanece no local de trabalho relacionado a:

- a) atividades de relacionamento social, desde que seja exclusivamente entre colegas de trabalho.

- b) períodos de descanso.
- c) estudo.
- d) troca de roupa se houver obrigatoriedade de se realizá-la na empresa.
- e) higiene pessoal recomendadas pelo médico oficial da empresa.

Gabarito: D

Comentário: Abaixo destacamos o §2º do art. 4º que foi inserido na CLT por meio da Lei 13.467/2017:

CLT, art. 4º, § 2º Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos previsto no § 1º do art. 58 desta Consolidação [variações no registro de até 5 minutos e 10 minutos diários], quando o empregado, por escolha própria, **buscar proteção pessoal**, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou **permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras**:

- I - práticas religiosas;
- II - descanso;
- III - lazer;
- IV - estudo;
- V - alimentação;
- VI - atividades de relacionamento social;
- VII - higiene pessoal;
- VIII - troca de roupa ou uniforme, quando não houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

Percebam, portanto, que o tempo destinado à troca de roupa dentro da empresa passa a ser considerada tempo à disposição do empregador a partir do momento em que for criada a obrigatoriedade de sua realização na empresa.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippel*

49. O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor

- a) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
- c) agravo de petição no prazo de 10 dias.
- d) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
- e) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

Gabarito: D

Comentário: A questão é bem simples, sobre o cabimento do recurso ordinário no processo do trabalho. A hipótese é de proferimento de uma sentença que gerou a sucumbência do reclamante, que pretende recorrer daquela decisão. Nos termos do art. 895, I da CLT, deverá o mesmo interpor o recurso ordinário no prazo de 8 dias, que é o prazo padrão no processo do trabalho. Cuidado apenas para o recurso de apelação, que é utilizado no processo civil para impugnar as sentenças. Não confunda processo civil e processo do trabalho, pois aqui não há recurso de apelação !!

50. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

- a) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- b) agravos de instrumento retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.

- c) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.
- d) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.
- e) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

Gabarito: A

Comentário: Os embargos a que alude a letra “A” é denominado de embargos infringentes, que são cabíveis de decisões não unânimes em dissídio coletivos de competência originária do TST, conforme art. 894 da CLT.

Letra “B”: errada, pois as decisões interlocutórias são irrecorríveis de imediato, nos termos da Súmula nº 214 do TST, e não existe a figura do agravo retido na Justiça do Trabalho.

Letra “C”: errada, pois embargos infringentes é cabível na hipótese prevista no art. 894, I, “a”, da CLT.

Letra “D”: errada, uma vez que contra acórdão de Turma do Regional cabe o recurso de revista, consoante o art. 896, da CLT.

Letra “E”: errada, pois na Justiça do Trabalho não é cabível recurso especial.

51. Conforme as regras aplicáveis à execução no direito processual do trabalho e jurisprudência sumulada do TST, é INCORRETO afirmar:

- a) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constrito ou se já devolvida a carta (art. 676, parágrafo único, do CPC de 2015).
- b) Compete à Justiça do Trabalho a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e, ex officio, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão

proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo judicial.

- c) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos; sendo que a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo instrução probatória por meio de testemunhas.
- d) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
- e) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

Gabarito: C

Comentário: Verifica-se que o erro é facilmente detectado, pois a afirmação da FCC conflita diretamente com o §2º do art. 884 da CLT, que prevê o cabimento de instrução processual, ou seja, produção de provas no procedimento dos embargos à execução. Vejamos:

“Se na defesa tiverem sido arroladas testemunhas, poderá o Juiz ou o Presidente do Tribunal, caso julgue necessários seus depoimentos, marcar audiência para a produção das provas, a qual deverá realizar-se dentro de 5 (cinco) dias”.

Passemos às demais assertivas, todas corretas:

Letra “A”: correta, pois totalmente em conformidade com a Súmula nº 419 do TST.

Letra “B”: correta, pois nos termos dos artigos 876 e 877 da CLT, há competência da Justiça do Trabalho para tais hipóteses.

Letra “D”: correta, em conformidade com a Súmula nº 417, I do TST, pois o dinheiro é o primeiro bem a ser penhorado na execução, conforme art. 655 do CPC (Art. 835 do CPC/15).

Letra “E”: correta, pois de o inciso III da Súmula nº 417 do TST foi cancelado.

52. Odin pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Delta S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara

- a) do local onde foi celebrada a sua contratação.
- b) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
- c) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- d) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
- e) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.

Gabarito: B

Comentário: Na qualidade de viajante comercial, aplica-se o §1º do art. 651 da CLT, que é o local da agência ou filial a que está subordinado o empregado. Vejam que a resposta não é “local da prestação dos serviços”, porque não estamos na regra geral, mas em uma exceção que é o viajante comercial. Vamos ao dispositivo legal:

“§ 1º - Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Junta da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Junta da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima”.

53. A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10

empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência

- a) a empresa Z, somente.
- b) a empresa X, somente.
- c) as empresas X e Y, somente.
- d) as empresas Y e Z, somente.
- e) as empresas X, Y e Z.

Gabarito: E

Comentário: As empresas Z, Y e Z não precisam provas as horas trabalhadas pelo reclamante por meio de controle de frequência, já que o art. 74 da CLT diz que as empresas com mais de 20 empregados (ou seja, a partir de 21) precisam ter registro de controle. As demais assertivas não precisam ser analisadas, pois tratam do mesmo tema.

54. Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 60 vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
- d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.
- e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua

realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.

Gabarito: B

Comentário: Em resumo, as informações que constam na alternativa “B” e que estão inseridas no art. 852-D da CLT, tratam dos poderes instrutórios do Juiz, que comanda a produção das provas durante a relação processual. As demais informações sobre o rito sumaríssimo estão equivocadas, a saber:

- A) as ações que tramitam no procedimento sumaríssimo são aquelas de até 40 salários-mínimos, conforme art. 852-A da CLT.
- C) tais entes estão excluídos do procedimento sumaríssimo, conforme art. 852-A § único da CLT.
- D) a manifestação será imediata, conforme art. 852-H, §1º da CLT.
- E) a prova técnica será realizada quando indispensável, conforme §4º do art. 852-H da CLT.

55. No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.
- b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.
- c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.
- d) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitral lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
- e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

Gabarito: D

Comentário: A informação consta expressamente no §2º do art. 789 da CLT, que prevê que o Juiz fixará o valor da condenação e o valor das custas, quando a condenação não for líquida. As demais assertivas encontram em dissonância com o texto legal. Vejamos:

- A) as custas, quando da realização de acordo, serão pagas por ambas as partes, dividindo-se o valor, caso não haja nenhuma estipulação em sentido contrário, conforme §3º do art. 789 da CLT.
- B) as custas serão pagas pelo vencido ao final, que poderá ser após o trânsito em julgado ou no prazo recursal, caso opte pela interposição de recurso.
- C) a responsabilidade é sempre do executado, que pagará ao final do processo de execução.
- E) o valor é de 2% nos dissídios individuais e coletivos, sendo que há o valor mínimo, de R\$10,64.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

56. No que se refere as diferentes atividades presentes no processo organizacional, o denominado ajuste espontâneo tem como característica:

- I. Opera-se entre o gerente e seus subordinados, a partir de um sistema adequado de incentivos e desincentivos.
- II. Opera-se entre integrantes da organização sem pressupor uma relação de subordinação.
- III. Envolve a comunicação entre os responsáveis pelas atividades, mais precisamente no que concerne à função de coordenação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I e II.

Gabarito: B**Comentário:**

- I. Errado. O ajuste espontâneo não envolve relação de subordinação entre gerente e subordinado.
- II. Certo. O ajuste espontâneo é mútuo e voluntário, sem relação de subordinação.
- III. Certo. Envolve a função de coordenação, consistindo na comunicação voluntária entre os responsáveis pelas atividades.

57. No que se refere ao planejamento estratégico e balanced scorecard (BSC), aponte a alternativa correta.

- a) O BSC apresenta a definição da missão da organização, correspondente aos resultados intangíveis obtidos a partir do atingimento das metas estabelecidas no planejamento estratégico.
- b) O planejamento estratégico é garantidor de flexibilidade na resposta à gestão das mudanças no ambiente, focado num horizonte temporal reduzido.
- c) O BSC elabora um sistema gerencial específico, com o objetivo de criar sinergia entre a estrutura e a estratégia da organização.
- d) O planejamento estratégico e o BSC podem ser adaptados às peculiaridades de uma organização pública, com a redistribuição dos pesos dos seus indicadores para as perspectivas ambiental, social e de governança, por exemplo.
- e) Em ambas as tecnologias pode-se utilizar uma metodologia de gestão por competências, cujo cerne consiste em identificar e sanar as lacunas (gaps) de competências estratégicas na organização.

Gabarito: C**Comentário:**

- a) Errado. A missão não corresponde aos resultados intangíveis, mas a razão de ser ou essência da organização.

- b) Errado. O planejamento estratégico atua num horizonte de longo prazo.
- c) Certo. Os objetivos estratégicos e as metas somente serão viabilizados se a estrutura se alinhar à estratégia, viabilizando o alcance dos resultados.
- d) Errado. No BSC não há redistribuição de pesos, mas a adaptação de perspectivas focadas no negócio da administração pública.
- e) Errado. A gestão por competência não é uma metodologia utilizada no planejamento estratégico ou no BSC, mas na gestão de pessoas na organização.

58. As estruturas organizacionais são fundamentais para o alcance da estratégia organizacional. Caso uma organização deseje adotar o critério de departamentalização por processo, podemos afirmar que possuem:

- a) maior ênfase na cooperação interdepartamental não obstante o aumento dos conflitos entre as áreas.
- b) mais flexibilidade de adaptação às demandas das necessidades dos clientes.
- c) relativa autonomia, focada em produtos, áreas geográficas ou clientela.
- d) elevado grau de padronização, apurando os resultados de forma sistêmica.
- e) órgãos vinculados a projetos, de natureza temporária e condicionada à duração do projeto correspondente.

Gabarito: D**Comentário:**

- a) Errado. Não há conflito entre áreas, pois a visão de processo mostra a inter-relação entre as áreas, como um trabalho em equipe.
- b) Errado. A departamentalização por processo possui a desvantagem de baixa flexibilidade de adaptação a mudanças.
- c) Errado. Essa característica é própria da estrutura divisional.

d) Certo. A departamentalização por processo foca nos resultados sistêmicos e globais, do processo como um todo, voltado para a padronização.

e) Errado. A departamentalização por processo é de natureza permanente.

59. Ao se tratar de processo decisório nas organizações, tem-se que:

a) As decisões consensuais pressupõem um procedimento de votação onde a decisão decorre da vontade da maioria.

b) Nas decisões consultivas, os membros participam apresentando opiniões e o líder não tem o poder de escolha da alternativa a ser adotada.

c) As decisões programadas caracterizam-se por possuírem alto grau de acomodação dos gestores, sendo necessário o estabelecimento de metas mais desafiadoras.

d) As decisões não programadas destinam-se a situações singulares, não rotineiras, que demandam soluções individualizadas não previamente disponíveis no acervo da organização.

e) As decisões democráticas são aquelas que envolvem um processo de discussão, podendo, ao final, serem tomadas pela minoria mais esclarecida.

Gabarito: D

Comentário:

a) Errado. As decisões consensuais caracterizam-se pela busca de uma posição central, aceita e apoiada por todos os membros do grupo.

b) Errado. Nas decisões consultivas é o líder quem toma as decisões.

c) Errado. Decisões programadas partem do acervo de soluções para situações semelhantes.

d) Certo. Decisões não programáveis não se encontram no acervo de soluções da organização.

e) Errado. Decisões democráticas envolvem a participação e a tomada de decisão por parte de todos os envolvidos no processo, pela maioria dos membros.

60. A gestão por projetos no que se refere ao tempo de realização pode se valer de diversas metodologias.

I. A metodologia CPM – *Critical Path Method* demonstra atividades que não podem sofrer atrasos, sob pena de comprometimento do prazo estimado para a execução de um projeto.

II. A metodologia PERT – *Program Evaluation and Review Technique* é utilizada para calcular o tempo do projeto por um modelo determinístico, utilizando uma média ponderada da estimativa provável, pessimista e otimista do tempo das atividades.

III. A metodologia PERT e CPM utilizam a mesma plataforma, sendo que a PERT – *Program Evaluation and Review Technique* apresenta o tempo médio para a conclusão do projeto, baseado na média ponderada dos cenários mais prováveis, e o CPM - *Critical Path Method* estima o tempo de execução de cada projeto, a partir de um cálculo probabilístico que pondera as estimativas de duração.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

b) II e III.

c) I e III.

d) II.

e) I e II.

Gabarito: A

Comentário:

I. Certo. O CPM – *Critical Path Method* demonstra o caminho mais longo de atividades, que caso haja algum atraso pode comprometer o tempo de realização do projeto.

II. Errado. PERT – *Program Evaluation and Review Technique* é utilizada para calcular o tempo do projeto por um modelo probabilístico.

III. Errado. O PERT é calculado pela média ponderada dos cenários otimistas, pessimistas e prováveis. O CPM não estima o tempo de execução do projeto, mas determina o caminho crítico de execução.

Discursiva

Há tanta informação disponível, mas talvez estejamos nos imbecilizando. Porque nos falta contemplação, nos falta o vazio que impele à criação, nos falta silêncios. Nos falta até o tédio. [...] O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. [...] Ser multitarefa, uma outra dimensão do mesmo fenômeno, é visto como uma capacidade neste momento histórico, uma espécie de ganho evolutivo que tornaria a pessoa mais bem adaptada à sua época. [...] A contemplação é civilizatória. E o tédio é criativo. Mas ambos foram eliminados pelo preenchimento ininterrupto do tempo humano por tarefas e estímulos simultâneos.

Eliane Brum. El País.

A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna. Trata-se antes de um retrocesso. A multitarefa está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem. Trata-se de uma técnica de atenção, indispensável para sobreviver na vida selvagem. Um animal ocupado no exercício da mastigação de sua comida tem de ocupar-se ao mesmo tempo também com outras atividades. Deve cuidar para que, ao comer, ele próprio não acabe comido. Ao mesmo tempo tem de vigiar sua prole e manter o olho em seu(sua) parceiro(a). O animal não pode mergulhar contemplativamente no que tem diante de si, pois tem de elaborar ao mesmo tempo o que tem atrás de si. Não apenas a multitarefa, mas também atividades como jogos de computador geram uma atenção ampla, mas rasa, que se assemelha à atenção de um animal selvagem.

Byung-Chul Han, Sociedade do cansaço. Adaptado.

Considerando as ideias apresentadas nos textos e também outras informações que julgar pertinentes, redija uma dissertação em prosa, na qual você exponha seu ponto de vista sobre o tema: **o ócio e a contemplação na era da produtividade multitarefa.**

Proposta de Solução

Ao longo da história, o trabalho já teve diversos significados. Por exemplo, na Grécia Antiga, o trabalho manual era algo depreciável, feito por escravos – nobre era o ócio, o tempo livre para se dedicar à reflexão. Com o protestantismo esse entendimento se inverteu: o ócio como pecado e o trabalho como divino. O advento da Revolução Industrial e do capitalismo acrescentou novos elementos, chegando aos dias atuais, um trabalho sem limites de tempo e de espaço, que tem gerado uma sociedade cansada e doente. Emerge da falência desse modelo a premência de que se vislumbre o ócio e a contemplação como uma resposta à lógica produtivista de uma sociedade multitarefa, haja vista serem imprescindíveis para a plenitude física e mental do indivíduo.

Inicialmente, na sociedade contemporânea, a valorização exacerbada da produtividade e a exaltação da habilidade de ser multitarefa tornaram-se imperativos culturais, desejados e valorizados no contexto corporativo. Essa ênfase incessante na realização eficiente de múltiplas tarefas, caracterizada pela superficialidade e por uma atenção fragmentada, fora diagnosticada como sintoma de uma "Sociedade do Cansaço" por Byung-Chul Han, na qual exaustão não é imposta externamente, mas internalizada, resultando em uma estafa autoprovocada. O excesso de positividade, ou seja, que tudo é possível a todos, aliada à pressão para ser multitarefa e impulsionada pela conectividade digital ininterrupta, contribui para um estado permanente de fadiga, tanto física quanto mental, o que implica a supressão do espaço para a reflexão e para o autoconhecimento. Sem isso, o indivíduo se aliena, e é incapaz de analisar e compreender as implicações mais profundas das suas atitudes e escolhas, inclusive as da cultura laboral, que o coloca nessa condição. Assim, a "sociedade do cansaço", além das consequências físicas e psicológicas, promove uma perda de conexão do indivíduo consigo mesmo, com o entorno e uma incapacidade de compreender, questionar e modificar sua realidade.

Ademais, apesar de, atualmente, a necessidade de um tempo para o ócio ser ainda vista de forma pejorativa por boa parte da sociedade, trata-se de um instrumento essencial para que se construa um sujeito pleno. Nesse contexto, é relevante o pensamento de Domenico de Masi, criador do conceito de "Ócio Criativo". Para Masi, a evolução para uma sociedade pós-industrial será acompanhada pela valorização das atividades criativas, o que demandará a coexistência do trabalho com as dimensões estudo e lazer. Ressalte-se que isso não se confunde com o ócio alienante, um nada fazer sem sentido, a qual frequentemente "desagua" num impulso capitalista de consumir e ser consumido. Trata-se de um convite à introspecção, ao autoconhecimento, à autonomia do indivíduo perante ao mundo, a dedicar-se a atividades que promovam o bem estar do indivíduo, as quais são essenciais para a saúde e criatividade. Essa noção, um "grito" de resistência à lógica de um ativismo desenfreado e multitarefa, já vem encontrando cada vez mais adeptos, o que se prova a partir do fortalecimento do movimento que milita pela redução da

jornada de trabalho para quatro dias, modelo que está sendo testado em países como o Reino Unido.

Portanto, a valorização do ócio e da contemplação na era da produtividade multitarefa não apenas desafia a narrativa tradicional que associa inatividade à improdutividade, mas destaca a necessidade urgente de incorporar esses elementos como parte integrante de uma vida equilibrada. Em um mundo movido pela pressa e pela eficiência, encontrar tempo para o ócio e a contemplação não é apenas uma indulgência, mas uma estratégia essencial para nutrir a criatividade, promover a saúde mental e redescobrir o significado profundo nas atividades cotidianas.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>